

Dissertação-modelo

A questão do trabalho análogo ao de escravo no Brasil do século 21.

O que diria Castro Alves, diante da escravidão contemporânea no Brasil? Sem dúvida, o poeta abolicionista ficaria tão perplexo como os brasileiros ao perceberem que, passados mais de 130 anos da Carta Áurea, que há um sem-número de pessoas que soas ainda enfrentam o trabalho análogo ao de escravo, o que se dá, em especial, por dois motivos: o alto índice de desemprego e a falta de efetivos para a fiscalização em pontos de trabalho escravo. É tempo de poder público e sociedade unirem-se em defesa dos Direitos Humanos, com a punição de corporações que atuam ilegalmente.

Nesse sentido, pesquisas feitas pelo IBGE, datadas de março de 2021, registram 14 milhões de desempregados. Ora, não é exagero dizer que, tanto na cidade quanto no campo, grandes corporações têm se ocupado desse fato para admitir trabalhadores a cargas excessivas de trabalho, em locais insalubres, sem vínculo empregatício legal, em nome de um salário de quase-fome: está caracterizado, então, o trabalho análogo à escravidão, que rompe, antes da legislação, os pressupostos inerentes aos direitos fundamentais do ser humano.

A tudo isso se acrescenta o fato de o número de operações de fiscalização para a erradicação do trabalho escravo ter diminuído nesses últimos quatro anos, segundo dados do Ministério do Trabalho; queda também foi registrada no número de trabalhadores resgatados. O declínio, em um e em outro caso, deve-se à falta de fiscais e policiais do trabalho, o que, sem dúvida, é determinante para que essa prática análoga à escravidão se alastre e se perpetue.

Desse modo, fica claro que a escravidão contemporânea precisa ser erradicada. Logo, cabe ao Governo Federal, por meio de maior dotação orçamentária, aparelhar o Ministério do Trabalho e Emprego, para que, ante ao menor indício de trabalho escravo, tenha policiais à disposição para fiscalizar e desbaratar pontos de trabalho escravo. À comunidade cabe denunciar situações que, ao menos, sugiram essa situação e, para tanto, é preciso instruí-la acerca da garantia do anonimato, possível pelo Disque-denúncia 181. Isso feito, o Brasil terá outro marco da Abolição da Escravatura – o marco definitivo, que resgatará o direito humano de trabalhar e auferir rendimentos, com dignidade.

Por Gislaine Buosi

Análise da estrutura dissertativa:

Apresentação do tema, com alusão literária;

Síntese do 1.º argumento;

Síntese do 2.º argumento;

Tese;

Desenvolvimento do 1.º argumento;

Desenvolvimento do 2.º argumento;

Proposta de intervenção social.